

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2015 A AGOSTO DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	247.875.870,89	430.018,38	248.305.889,27
Pessoal Ativo	197.718.544,12	45.896,72	197.764.440,84
Pessoal Inativo e Pensionistas	50.157.326,77	384.121,66	50.541.448,43
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.505.832,52	429.678,90	43.935.511,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	738.294,09	429.678,90	1.167.972,99
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	42.767.538,43	0,00	42.767.538,43
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	204.370.038,37	339,48	204.370.377,85

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	695.041.041.696,34		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,029404%	0,000000%	0,029404%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,057479%		399.502.640,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,054605%		379.527.508,34
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,051731%		359.552.376,32

FONTE: TESOUREO GERENCIAL/TRT14ª SOF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALITICA, 20/09/2016 às 09:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 3.158.982,00 sem despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados.
- 3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 1.315.022,89 sem despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados.
- 4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada de R\$ 287.986,00 sem despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados.
- 5) Os Limites de Gastos com Pessoal de que tratam o art. 20, I, "b" e § 1º, e art. 22, Parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000, foram estipulados conforme Ato Conjunto TST/CSJT n.º 30, de 26 de agosto de 2013, alterado pelo Ato Conjunto TST/CSJT n.º 12, de 1º de julho de 2015.

FRANCISCO JOSE PINHEIRO CRUZ
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RAIMUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS